

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL

Processo: 11080.001982/2014-34

CONTRATO SRRF10 Nº 13/2014

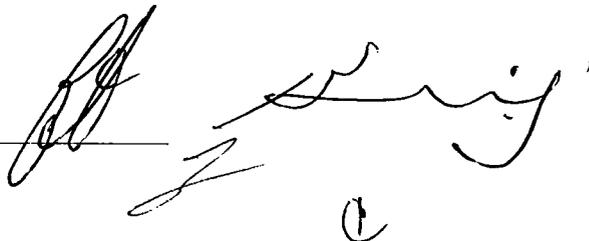
TERMO DE CONTRATO DE COMPRA QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL, E A EMPRESA GRIF APLICAÇÃO E DECORAÇÃO LTDA.

A União, por intermédio da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10, com sede na Avenida Loureiro da Silva, nº 445, 5º andar, do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda, bairro Centro Histórico, na cidade de Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.460/0147-97, neste ato representada pela Sra. Aline Ubal Przybylski, Chefe Substituta da Divisão de Programação e Logística da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal – SRRF10, nomeada pela Portaria nº 97, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 21 de fevereiro de 2014, inscrita no CPF nº 671.679.000-44, portadora da Carteira de Identidade nº 5040693714, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **Grif Aplicação e Decoração Ltda**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 65.725.129/0001-02, sediada na Av. Celso Daniel, nº 1456, Distrito Empresarial, Ribeirão Preto/SP, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Antônio Carlos Bazzan, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 6.314.421-9, expedida pela SSP/SP, e CPF nº 745.994.888-87, tendo em vista o que consta no Processo nº 11080.001982/2014-34 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 13/2014, realizado pela Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 8ª Região Fiscal (São Paulo/SP – UASG 170133), mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de mobiliário, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:





Item	Descrição sucinta	Valor Unitário (R\$)	Quantidade	Valor Total (R\$)
1	Mesa em L grande	766,00	7	5.362,00
2	Mesa em L normal	616,00	42	25.872,00
3	Mesa coordenador com gota	900,00	5	4.500,00
4	Mesa de reunião redonda para quatro pessoas	524,00	8	4.192,00
5	Mesa de reunião oval para oito pessoas	1.266,00	4	5.064,00
6	Mesa de reunião oval para dez pessoas	1.426,00	2	2.852,00
7	Mesa para impressora com prateleiras ajustáveis	292,00	5	1.460,00
8	Mesa de retaguarda	602,00	26	15.652,00
9	Mesa auxiliar	280,00	9	2.520,00
10	Mesa para copa	302,00	23	6.946,00
11	Estação de trabalho para uma pessoa com painéis divisórios	1.770,74	5	8.853,70
12	Estação de trabalho para duas pessoas com painéis divisórios	3.438,06	7	24.066,42
13	Gaveteiro	312,00	142	44.304,00
14	Armário baixo	378,00	67	25.326,00
15	Armário arquivo com porta	686,00	8	5.488,00
16	Estante alta sem portas	552,00	4	2.208,00
17	Estante alta com meia porta	706,00	5	3.530,00
		TOTAIS	369	188.196,12

1.3. Esta contratação é decorrente do Pregão Eletrônico SRRF08 nº 13/2014, realizado pela Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 8ª Região Fiscal (São Paulo/SP – UASG 170133), conduzida no Processo Administrativo nº 10752.720114/2014-34, sendo que esta SRRF10 é Órgão Participante da Ata SRRF08 nº 60/2014, decorrente do Pregão citado antes, a qual está incluída no Plano Nacional de Aquisições da Receita Federal do Brasil – PNA.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2. Em cumprimento ao disposto nos itens 10 e 11 do Anexo I do Edital, considera-se que a Ordem de Serviço foi emitida na data de 05/01/2015, devido ao fato de que os fabricantes de materiais/produtos estão de recesso nesta semana de Ano Novo, não sendo razoável iniciar nela a contagem de prazos. Assim, o prazo contratual para entrega começa a correr a partir de 05/01/2015.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO



3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 188.196,12 (cento e oitenta e oito mil cento e noventa e seis reais e doze centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2014, na classificação abaixo:

Gestão / Unidade: 00001 – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal (UASG 170177)

Fonte: 0132251030

Programa de Trabalho: 04125211020VF0001

Elemento de Despesa: 449052

PI: PNAREAPAREL

4.2. Foram emitidas em 29/12/2014 as seguintes Nota de Empenho para fazer face a despesa deste Contrato:

4.2.1. De nº 2014NE00941, no valor de R\$ 31.234,00 (trinta e um mil, duzentos e trinta e quatro reais)

4.2.2. De nº 2014NE00942, no valor de R\$ 156.962,12 (cento e cinquenta e seis mil, novecentos e sessenta e dois reais e doze centavos)

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados do ateste da nota fiscal respectiva, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

5.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do ateste da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o ateste pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.5. Antes de cada pagamento à Contratada, será verificada a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, inclusive pertinentes à regularidade trabalhista.

5.6. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

5.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.8. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

5.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação trabalhista ou junto ao SICAF.

5.10. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante, não será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF ou perante a Justiça do Trabalho.

5.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:





$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. O preço contratado é fixo e irrevogável.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A Contratada prestará garantia no valor de R\$ 9.409,81 (nove mil, quatrocentos e nove reais e oitenta e um centavos), na modalidade de seguro-garantia, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do presente contrato, observadas as condições fixadas no Edital, além das seguintes.

7.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

7.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei 8.666, de 1993.

7.1.3. A garantia terá validade durante a execução do contrato e 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

7.1.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

7.2. A garantia assegurará o pagamento de:

7.2.1. prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

7.2.2. prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e,

7.2.3. as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada.

7.3. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

7.4. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e aplicar sanções à Contratada.

7.5. A Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- 7.5.1.** caso fortuito ou força maior;
- 7.5.2.** alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;
- 7.5.3.** descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pela Contratante;
- 7.5.4.** atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Contratante.

7.6. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

7.7. Será considerada extinta a garantia:

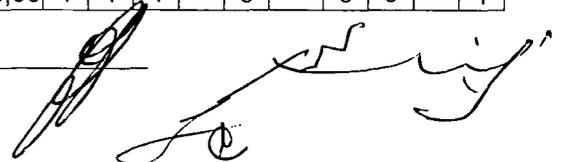
7.7.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e,

7.7.2. no prazo de 3 (três) meses após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. O prazo de entrega e montagem dos bens é de 40 (quarenta) dias, contados da entrega dos produtos, em remessa única, nas seguintes quantidades por unidades e nos seguintes endereços:

Item	Descrição sucinta	Valor Unitário (R\$)	Quantidade	Valor Total (R\$)	SRRF10	DRF/PFO	DRF/PEL	DRF/POA	DRF/STM	AGENCIA CANOAS	DRF/SAO	DRF/URA	DRF/SCS	IRF/CHU
1	Mesa em L grande	766,00	7	5.362,00	2							2	1	2
2	Mesa em L normal	616,00	42	25.872,00	13		2	27						
3	Mesa coordenador com gota	900,00	5	4.500,00								5		
4	Mesa de reunião redonda para quatro pessoas	524,00	8	4.192,00		4	1	1					2	
5	Mesa de reunião oval para oito pessoas	1.266,00	4	5.064,00					1	1	1		1	
6	Mesa de reunião oval para dez pessoas	1.426,00	2	2.852,00								1	1	
7	Mesa para impressora com prateleiras ajustáveis	292,00	5	1.460,00			2					3		
8	Mesa de retaguarda	602,00	26	15.652,00					4		8		14	
9	Mesa auxiliar	280,00	9	2.520,00					4				4	1
10	Mesa para copa	302,00	23	6.946,00	1	1	4		8		3	5		1



11	Estação de trabalho para uma pessoa com painéis divisórios	1.770,74	5	8.853,70	5								
12	Estação de trabalho para duas pessoas com painéis divisórios	3.438,06	7	24.066,42	3	1						3	
13	Gaveteiro	312,00	142	44.304,00	10		2	30	68		20	10	2
14	Armário baixo	378,00	67	25.326,00					65				2
15	Armário arquivo com porta	686,00	8	5.488,00					6				2
16	Estante alta sem portas	552,00	4	2.208,00									4
17	Estante alta com meia porta	706,00	5	3.530,00							5		
TOTAIS			369	188.196,12									

UG	Endereço de Entrega	Cidade	CEP	E-mail contato
SRRF10	Avenida Loureiro da Silva, nº 445, sala 525, Centro	Porto Alegre	90013-900	aline.przybylski@receita.fazenda.gov.br fone: 51-3455.2505
DRF-PASSO FUNDO	Rua Paissandu nº 753, Centro	Passo Fundo	99010-100	drpfors.licitacao@receita.fazenda.gov.br fone: 54-3316.9631
DRF-PELOTAS	Rua Professor Araújo nº 216, Centro	Pelotas	96020-360	paulo-eduardo.costa@receita.fazenda.gov.br fone: 53-3304.7400
DRF-PORTO ALEGRE	Avenida Loureiro da Silva, nº 445, sala 217, Centro	Porto Alegre	90013-900	victor.ghiorzi@receita.fazenda.gov.br fone: 51-3455.2210
DRF-SANTA MARIA	Avenida Hélvio Basso nº 1301, Urândia	Santa Maria	97070-805	diogenes.carvalho@receita.fazenda.gov.br fone: 55-3304.3180
ARF-CANOAS	Prolongamento da Rua São Luiz	Canoas	92310-120	veronica.morelle@receita.fazenda.gov.br fone: 51-3594.0732
DRF-SANTO ÂNGELO	Avenida Brasil nº 1400, Centro-	Santo Ângelo	98801-590	jorge-luis.atencia@receita.fazenda.gov.br fone: 55-3212.0208
DRF-URUGUAIANA	Rua Consul Antonio Mary Ulrich nº 1149, Centro	Uruguaiana	97501-598	rogerio.noro@receita.fazenda.gov.br fone: 55-3412.7721
DRF-SANTA CRUZ DO SUL	Rua Felipe Jacobus Filho nº 8, Centro	Santa Cruz do Sul	96810-422	higino.schmidt@receita.fazenda.gov.br fone: 51-3711.6862
IRF-CHUI	BR 471, km 690 – Chuí/RS	Chuí	96255-000	rogerio.nunes@receita.fazenda.gov.br fone: 53-3225.5131

8.2. Os bens serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de



sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, conforme item 12 do Termo de Referência.

8.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez), a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da entrega e montagem dos materiais, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.4.1. Na hipótese de a verificação não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. CLAÚSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

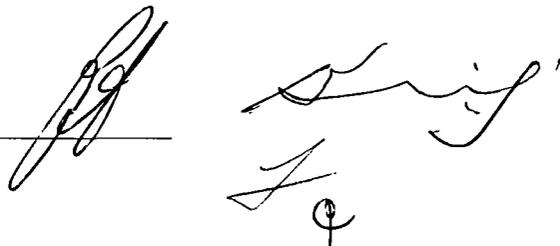
9.2. A fiscalização de que trata este item será exercida no interesse da Contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. São obrigações da Contratante:

10.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;



10.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.3. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.3.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo e prazo de garantia ou validade.

10.3.1.1. o objeto deve estar acompanhado da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.3.1.2. caso os bens oferecidos tenham sido importados, a Contratada deverá comprovar, no momento da entrega, sua origem e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de não serem aceitos e incidirem as penalidades contratuais previstas;

10.3.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.3.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado nesta ata, o objeto com avarias ou defeitos ou que não atenda às especificações exigidas no Edital;

10.3.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.3.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



10.3.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

10.3.7. responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;

10.3.8. responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade da Contratante, ou de terceiros, quando ocasionados por seus empregados durante o fornecimento do objeto contratual;

10.3.9. prestar os esclarecimentos solicitados pela Contratante, obrigando-se a atender, nos prazos previstos na presente ata, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

10.3.10. observar as normas legais de segurança que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

11.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.3. fraudar na execução do contrato;

11.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

11.1.5. cometer fraude fiscal;

11.1.6. não mantiver a proposta.

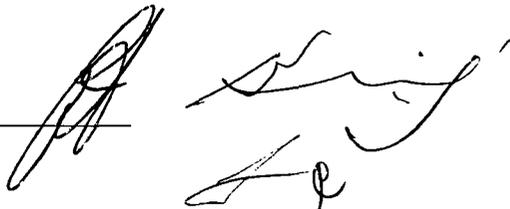
11.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

11.2.2. multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

11.2.3. multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;



11.2.5. impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

11.2.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

11.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.5. A sanção de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do Ministro da Fazenda, sendo facultada a defesa prévia da interessada no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

11.6. As sanções serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

11.7. A aplicação de "multa" poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais sanções.

11.7.1. A multa, quando não recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação à Contratada, deverá ser descontada de seus eventuais créditos ou cobrada judicialmente.

11.8. Sem prejuízo das sanções previstas, poderá a Administração aplicar isoladamente ou cumulativamente, as medidas contidas no art. 80, da Lei 8.666/93.

11.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11.11. Cabe a cada órgão participante (ou não participante, mas que faça uso da presente ata) aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das disposições da ata ou das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao





órgão gerenciador.

11.12. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:

1. Greve geral
2. Calamidade pública;
3. Interrupção dos meios de transporte públicos;
4. Condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
5. Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002).

11.12.1. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela contratada.

11.12.2 Sempre que ocorrerem situações que impliquem em caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado à Administração, em até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, será considerado como tendo se iniciado a ocorrência 24 (vinte e quatro) horas antes da solicitação.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

12.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

12.4. A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas



federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Porto Alegre/RS, Seção Judiciária da Justiça Federal de Porto Alegre/RS, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d" da Constituição Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Porto Alegre, 30 de dezembro de 2014.

CONTRATANTE: Aline Ubal Przybylski

UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL
ALINE UBAL PRZYBYLSKI
Chefe da Divisão de Programação e Logística - Substituta

CONTRATADA: Antonio Carlos Bazzan

GRIF APLICAÇÃO E DECORAÇÃO LTDA.
ANTÔNIO CARLOS BAZZAN
Sócio-Proprietário

TESTEMUNHAS: Patrícia Neves dos Santos
CPF: 344.363.538-50
Patrícia Neves dos Santos

3

Registro Civil das Pessoas Naturais de Ribeirão Preto-SP
 Antonio Ernesto Rodini Lutz 913 Rua Paraíba, 513 - Campos Elísios - CEP 14080-020
 Oficial Registrador São Paulo Fone: (16) 3625-3833 - www.cartorio.com.br - jcartorio@cartoria.com.br

Reconheço por semelhança a firma de: ANTONIO CARLOS RAZZAN, em documento com valor econômico, e dou fé.

Ribeirão Preto, 02 de janeiro de 2015.

Em Teste da verdade Cód. [112001002820150240]

Felipe Augusto Moraes - Escrivente Autorizado - 45

Total: R\$ 6,80.

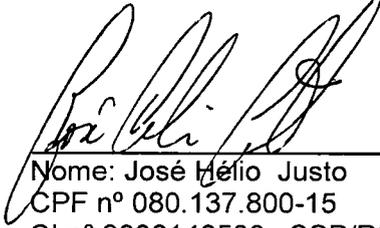
Registro Civil das Pessoas Naturais
 Ribeirão Preto - São Paulo

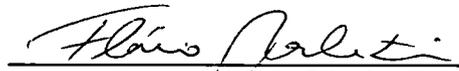
Felipe Augusto Moraes
 Escrivente Autorizado

0858AA311878



Receita Federal


Nome: José Hélio Justo
CPF nº 080.137.800-15
CI nº 8006146503 – SSP/RS


Nome: Flávio Antônio Silveira Balestreri
CPF nº 244.185.520-49
CI nº 1018604957 – SSP/RS

